

Ceres: a produção do território goiano a partir da CANG

Ceres: la producción del territorio goiano a partir de la CANG

Ceres: the production of Goiás's territory since CANG

Wagner Abadio de Freitas

Mestrando em Território e Expressões Culturais no Cerrado – UEG
Professor do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres
wagner.freitas@ifgoiano.edu.br

Marcelo de Mello

Professor do Mestrado em Território e Expressões Culturais
Universidade Estadual de Goiás / Anápolis-GO
ueg.marcelo@gmail.com

Resumo

O processo de incorporação territorial à dinâmica capitalista tem como agente articulador e idealizador o Estado Nacional. Por meio dele foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais e inseridos os objetos técnicos que contribuíram para a ocupação do interior do país. O Governo Vargas representou parte deste movimento que foi seguido por governos subsequentes, de acordo com os interesses vigentes. Nesse processo, o Estado de Goiás é contemplado pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás, além de outras ações territorializadas. O presente trabalho visa analisar produção do território goiano, tendo em vista as relações de complementariedade entre a escala federal, estadual e municipal, a partir dos desdobramentos do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), na região onde está inserida a CANG; bem como relacionar a Colônia Agrícola e o processo de emancipação do município de Ceres.

Palavras-chave: Território; CANG; Plano SALTE; Emancipação.

Resumen

El proceso de incorporación territorial a la dinámica capitalista tiene como agente articulador e idealizador el Estado Nacional. Por medio de él fueron creadas las Colonias Agrícolas Nacionales e insertados los objetos técnicos que contribuyeron para la ocupación del interior del país. El Gobierno Vargas representó parte de ese movimiento que fue seguido por gobiernos subsiguientes, de acuerdo con los intereses vigentes. En ese proceso, el Estado de Goiás es contemplado por la Colonia Agrícola Nacional de Goiás, además de otras acciones territorializadas. El presente trabajo tiene como objetivo hacer un análisis de la producción del territorio goiano, teniendo en vista las relaciones de complementariedad entre las escalas federal, estadual y municipal, a partir de los esfuerzos del plan de acción SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), en la región donde está implantada la CANG; así como relacionar la Colonia Agrícola y el proceso de emancipación del municipio de Ceres.

Palabras clave: territorio; CANG; Plan SALTE; emancipación.

Abstract

The process of territorial incorporation into the capitalist dynamic has as a coordinating agent and mastermind the National State. Through it the National Agricultural Colonies were created and placed the technical objects that contributed to the occupation of the country. The Government Vargas represented part of this movement which was followed by subsequent governments, according to the prevailing interests. In this process, the State of Goiás is contemplated by the National Agricultural Colony of Goiás, and other territorialized actions. The present work aims for the analyze of the production of Goiás, in view of the relations of complementarity between federal, state and municipal level, according to the subdivisions of SALTE Plan (in English: Health, Food, Transport and Energy) in the region where it operates the CANG; and relate the Agricultural Colony and the Ceres municipal emancipation process.

Keywords: territory; CANG; plan SALTE; emancipation.

Introdução

As formas e os conteúdos inseridos no território possibilitam avaliar o processo de construção e reconstrução das ações produzidas e materializadas pelos sujeitos sociais que sobrepõem tempos desiguais e atribuem novas funcionalidades ao território. Nesse sentido, após a Segunda Guerra Mundial, o processo de integração do território brasileiro intensifica-se, pois novos sistemas de engenharia substituem os existentes. Um exemplo que marcou esse movimento foi as Colônias Agrícolas Nacionais que, na década de 1940, contribuíram com o processo de interiorização e integração nacional.

Entre os objetivos perseguidos destacava-se a busca pelo desenvolvimento urbano e industrial do país, o que solicitava novas relações de complementaridade entre as regiões consumidoras e as produtoras. Para Santos e Silveira (2004), “as necessidades alimentares de uma população cujo nível de vida aumentava trabalharam no mesmo sentido” e IANNI (1977), acrescenta que nesse período “há um desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e a indústria”.

O processo de modernização almejado por Vargas estabeleceu uma conexão territorial importante. Entretanto, na década de 1940, o país passou por uma “ruptura” política: a transição de um regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas, para um regime mais democrático caracterizado pelo Governo Dutra.

Esta transição foi marcada pela deposição de Getúlio Vargas e o início do processo de redemocratização do país, pois os interesses de determinados segmentos da sociedade brasileira estavam, em certa medida, em consonância com as diretrizes estabelecidas internacionalmente: se por um lado o discurso nacionalista do governo Vargas criava obstáculos a segmentos da elite urbana e industrial ligados às articulações promovidas por grupos internacionais; por outro, a alternativa era reduzir, em parte, a intervenção do Estado na economia, com vistas à superação das limitações estruturais vigentes. Com a deposição de Vargas, um “novo” discurso foi apresentado pelo Governo Dutra, estabelecendo novas relações entre o Estado e a economia.

A partir de 1946, com a promulgação da Constituição Federal que alterou a Constituição de 1937, o Congresso Nacional apresentou propostas referentes à Política Cambial, Política Salarial e Inflação, que assombravam a economia brasileira. Além dessas mudanças, o Governo Dutra lança o Plano SALTE, na tentativa de minimizar os problemas estruturais do país.

De certa forma, as propostas e ações apresentadas dão continuidade a um ideal de integração proposto pelo Estado a partir de Vargas. Santos e Silveira (2004) evidenciam os avanços do meio técnico no território, relacionando-os a busca por uma verdadeira integração nacional. Nesse contexto, o governo Dutra lança o Plano SALTE almejando equacionar e equilibrar o cenário político e econômico do país. Para Ianni (1977),

O Plano SALTE foi uma tentativa de coordenação dos gastos públicos, tomando por base relativa a um período de cinco anos. Foi principalmente uma soma de sugestões apresentadas pelos diferentes ministérios do Governo Federal, e coordenadas em termos administrativos e contábeis pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Além disso, a despeito de ter sido incorporado à proposta orçamentária de 1949, não se aplicou senão em parte. Em 1952, o Plano foi praticamente abandonado. O Plano circunscrevia-se a quatro setores econômicos e sociais: saúde, alimentação, transporte e energia. (IANNI, 1977, p. 91).

Os setores destacados no Plano estavam em consonância com a expansão do meio técnico, bem como com a emergência do meio técnico-científico, pois representavam setores de fundamental importância para o país. Para compreendermos as ações estatais no processo de produção do espaço, analisaremos os reflexos e impactos produzidos no território goiano, tendo como objeto de estudo a Colônia Agrícola Nacional de Goiás que, posteriormente, se transformou no município de Ceres. Estas transformações estabeleceram relações de complementariedade em serviços básicos de saúde e educação. É o que veremos a seguir.

O diálogo territorializado e suas escalas

O Estado de Goiás, na década de 1930, foi administrado pelo interventor federal Pedro Ludovico Teixeira. O contexto político da época estava em consonância com as diretrizes apresentadas pelo governo federal. O processo de incorporação do território goiano à dinâmica capitalista ocorreu por meio de avanços técnicos que segundo Castilho (2009), a Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi um exemplo claro do processo de modernização territorial. Estes, por sua vez, serviram de suporte para a emergência de núcleos urbanos e de infraestrutura, fundamentais para alavancar o desenvolvimento regional. De acordo com a análise de Castilho (2009), este processo

É o resultado da expansão e ampliação da reprodução das relações sociais de produção. Isto é, no modo de produção capitalista o “novo” existe, mas existe

para propiciar a efetivação da modernização e da criação das condições para a reprodução do capital. (CASTILHO, 2009, p. 44).

Nesse sentido as transformações sócioespaciais indicam a intencionalidade de um Estado que se dedica a uma causa: a integração nacional. Para Dayrell (1974), o discurso ideológico adotado pelo Estado tinha como premissa a construção da brasilidade.

Gradativamente, o território goiano foi incorporado pela Região Concentrada¹ com o intuito de ampliar a reprodução do capital, articulando-o às frentes pioneiras e às frentes de expansão. Para Faissol (1952), a região “O Mato Grosso de Goiás”

É uma extensa região florestal situada na parte centro-sul do Estado de Goiás. A área de mata original não está ainda calculada precisamente, mas pode-se avaliar-la em mais ou menos 20. 000 quilômetro quadrado. Ela começa nas proximidades da cidade de Anápolis e continua para oeste até a base da serra Dourada, na região de Córrego do Ouro; no sentido norte-sul, vai das proximidades de Goiânia até um pouco ao norte de Itapaci. Abrange parte dos municípios de Anápolis, Pirenópolis, Jaraguá, Anicuns, Goiás, Mataúna, Itaberaí e Itapaci. Os municípios de Trindade e Inhumas estão inteiramente dentro da mata. (FAISSOL, 1952 p. 7).

Esta região apresenta grande importância geoeconômica, pois em certa medida foi incorporada à dinâmica capitalista. Segundo o autor, a cobertura vegetal mais densa em determinadas áreas desta região, era indicativo de solos mais férteis e servia como mola propulsora para a atividade agrícola em processo de expansão. Para Estevam (2004), esta região “era a parcela do território goiano que mais contribuía para a urbanização do estado”.

Na década de 1940, a região foi escolhida para sediar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Porém, os pioneiros se defrontaram com doenças endêmicas como a febre amarela e a malária. Tanto Faissol (1952) quanto Waibel (1958), relatam que o estado físico, higiênico e de saúde dos Colonos recém-chegados à CANG era deplorável: muitos chegavam à Colônia com sintomas da doença.

Diante das diversas situações, a estrutura física e técnica criada pela CANG exerceu papel fundamental para os colonos que se instalaram na região. O Hospital da

¹A Região Concentrada é, por definição, uma área onde o espaço é fluído, podendo os diversos fatores de produção deslocar-se de um ponto a outro sem perda da eficiência da economia dominante. Santos, M.; Silveira, M. L. (2004) p. 103.

CANG se tornou a referência para o tratamento de enfermidades, pois o acesso aos centros urbanos com melhor infraestrutura médico-hospitalar era restrito.

Desde a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, pelo Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de Fevereiro de 1941, e, em especial, da criação da CANG, já estava previsto no Art. 13 a oferta de assistência médica, farmacêutica e serviços de enfermagem. A oferta dos serviços de saúde se tornou realidade a partir de ações do administrador da Colônia, Bernardo Sayão, que procurou cumprir as metas estabelecidas pelo Decreto Federal.

Com a chegada dos médicos pioneiros à CANG, juntamente com o intenso afluxo de pessoas em busca de glebas anunciadas pelo Estado, a Colônia tornou-se uma referência nacional em relação ao processo de colonização promovido pelo Governo Federal, bem como um importante núcleo de apoio aos trabalhadores rurais e urbanos que buscavam na Colônia serviços médicos. Tais serviços eram subsidiados pelo governo federal, através da relação direta estabelecida com a Colônia. Após o lançamento do Plano SALTE, algumas ações (estrutura de saúde, incremento da produção agrícola e investimento no setor de transportes e energia), foram materializadas na Colônia demonstrando uma continuidade na implementação de medidas técnicas em governos marcados por diferenças políticas e econômicas.

Em meio a este cenário, analisaremos os desdobramentos do Plano SALTE em uma escala regional, ou seja, no território da Colônia Agrícola Nacional de Goiás que, direta e indiretamente, estabeleceu um diálogo entre os Governos Federal e Estadual. É o que veremos a seguir.

A relação entre o plano SALTE e a CANG

O Decreto Federal 3.059 foi o mecanismo jurídico e político que conduziu à Colônia os primeiros profissionais da área de saúde. Segundo Cardoso (2005), em 1945 chegam ao Hospital da CANG o Dr. Jair Dinoah de Araújo, acompanhado de três enfermeiras do Hospital Evangélico de Goiás, com sede em Anápolis. Posteriormente, outros médicos chegaram à Colônia para atender à demanda local. Cardoso (2005) esclarece que com o crescimento populacional da Colônia, além do incremento dos núcleos urbanos regionais decorrentes de sua criação, a demanda por atendimento à saúde era muito grande: sua área de abrangência chegava até o sul do Pará, Maranhão, Norte Goiano (hoje Tocantins) e Bahia.

Diante da demanda, outros médicos pioneiros chegaram à região para compor o corpo clínico do hospital da CANG. Entre os vários profissionais que contribuíram com os serviços de saúde destacamos o Dr. Domingos Mendes da Silva, por ter se radicado na região de influência da Colônia Agrícola. Segundo Cardoso (2005)

Em 1949, o Dr. Domingos mudou-se definitivamente para a CANG, onde trabalhou no hospital da colônia até 1951, ano em que saiu para montar o Hospital das Clínicas Centro Goiano, o primeiro hospital privado da região do Vale do São Patrício. (CARDOSO, 2005, p. 97).

Após a criação do hospital em 1956, Cardoso (2005) ainda destaca que o Dr. Domingos cria a Escola de Auxiliar de Enfermagem, no Hospital das Clínicas Centro Goiano, como uma forma de capacitar profissionais de saúde para auxiliar nos serviços hospitalares. Portanto, estava em andamento, no território da CANG, um processo de consolidação de serviços técnicos e sociais relevantes para os que desejam compreender a constituição da região de influência da CANG.

Outro ponto elencado pelo Plano SALTE foi o setor de alimentação que desde a década de 1940, o governo federal trabalhava para estruturar o setor. As oito Colônias Agrícolas Nacionais foram concebidas para atender às demandas regional e nacional vinculada a questão da alimentação. Entretanto, em virtude do sucesso de umas e o fracasso de outras, a produção agrícola não foi suficiente para atender a demanda presente nos grandes centros consumidores. Segundo Dayrell (1974), desde 1947 a administração da Colônia já se preocupava com o escoamento do excedente da produção em direção aos mercados consumidores em expansão.

Para integrar os centros produtores aos centros consumidores, os investimentos em infraestrutura viária foram fundamentais. Este setor se desenvolve regionalmente a partir da construção da estrada que ligaria a CANG à cidade de Anápolis, além de outros eixos viários na região. Segundo Castilho (2009) “estradas eram abertas para Itapaci e Carmo do Rio Verde” ainda segundo o autor estas estradas pertenciam a um projeto privilegiado cuja meta era colocar a CANG no centro da dinâmica socioespacial da região. Os investimentos em transporte possibilitaram o surgimento de núcleos urbanos e de uma embrionária rede urbana regional que, segundo Corrêa (1997), foi o início de uma articulação funcional entre os centros urbanos em formação.

Para Faissol (1952), o escoamento da produção da CANG era realizado pela estrada que integrava a Colônia à cidade de Anápolis. Esta estrada, posteriormente, se tornou um expressivo eixo estruturante entre a Região Norte e Sul do País, conhecido como Transbrasiliana. Após a aprovação do Plano Rodoviário Nacional, por meio do Decreto nº 15.093 de 20 de Março de 1944, Silva (1945), destaca

Essa rodovia que estabelecerá, pela faixa meridiana-central do país, a ligação de Belém do Pará a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, tem como característica a aproximação dos pontos extremos muito afastados em suas comunicações, devido à configuração convexa da costa marítima. (SILVA, 1945, p. 1830).

Com a difusão do Plano Rodoviário Nacional, uma das metas do Estado estava sendo materializada, ou seja, o processo de integração territorial. Segundo Estevam (2004), “no início dos anos de 1950 esta rodovia – futura Belém-Brasília – já havia sido prolongada até o rio Araguaia ampliando o raio de ação dos núcleos comerciais do estado”.

Por fim, o quarto setor contemplado pelo Plano SALTE foi o Energético. O setor está interligado ao desenvolvimento econômico e social do país, ou seja, quanto mais eficiência energética, mais possibilidades o país terá para se desenvolver. Para dinamizar o desenvolvimento nacional, era necessário investimento na geração de energia.

No Estado de Goiás, em especial na Colônia Agrícola Nacional de Goiás, as primeiras iniciativas ocorreram no final da década de 1940. Por meio do Decreto nº 27.091 de 25 de agosto de 1949, fica explícito no Art. 1º que

É concedida à Companhia Hidroelétrica São Patrício com sede em Anápolis, Estado de Goiás, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938 ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos sob pena de revogação do presente ato. (BRASIL, 1949).

A partir da publicação do Decreto, é iniciada a obra de construção da barragem no rio das Almas. Segundo Borges (1999), em 12 de dezembro de 1955, com a conclusão da primeira parte da obra, ocorre a inauguração e o funcionamento da usina.

Apesar do Plano SALTE enfatizar quatro setores (saúde, alimentação, transporte e energia), o setor educacional desempenhou papel importante no

desenvolvimento regional do Estado de Goiás. No caso da CANG, o Decreto Federal 3.059, no Art. 6º e Art. 8º, estabelecia a fundação de um aprendizado agrícola e a manutenção de escolas primárias. Esta incumbência estava sob a jurisdição do Estado. As instituições confessionais também iniciaram suas atividades missionárias na Colônia, integrando a religiosidade e a educação. Segundo Silva (2008),

Os principais colégios confessionais instalados na Colônia foram o Colégio Álvaro de Melo, mantido pelos evangélicos e funcionava na época no regime de internato, e o Ginásio Imaculada Conceição, mantido pela ordem franciscana. Entre 1955 e 1956, foi construída uma escola americana em Ceres para atender aos filhos de missionários norte-americanos que realizam seus trabalhos na região Centro-Norte do país denominado de “Escola Bandeirante”, que também funcionava no regime de internato, dedicando-se ao ginásial, pois a educação primária era responsabilidade dos pais missionários. Essa escola era mantida pela missão norte-americana da Igreja Presbiteriana do Sul, que enviava professores dos Estados Unidos para ministrar a educação aos filhos de missionários. (SILVA, 2008, p. 145).

Além das instituições mencionadas foi criada uma escola agrícola, vinculada à Igreja Batista, tendo como representante o Médico pioneiro Dr. Domingos Mendes da Silva, integrante da referida congregação religiosa. Silva (2008), ainda destaca a participação da Igreja Cristã Evangélica no campo educacional, “fundando na sede da Colônia uma escola primária e um internato colegial” que, posteriormente, ganhou grande destaque regional. Segundo o autor

O trabalho educacional iniciado pela Igreja Cristã Evangélica na Cang expandiu na região, contando, atualmente com colégios e faculdades, campus do Centro Universitário de Anápolis, mantidos pela Associação Educativa Evangélica. (SILVA, 2008, p. 144).

Devemos destacar que a interrelação entre os objetos técnicos e a produção do território carrega consigo uma sobreposição de tempos desiguais. Santos (1994) acrescenta que os lugares são suscetíveis de intercomunicação e nele temos o encontro entre possibilidades que se integram em diferentes escalas espaciais e temporais.

Nesse sentido, o território acumula “racionalidades” que viabilizam o processo de integração e apropriação. O meio natural é absorvido pelo meio técnico no curso de um processo de sucessivas modernizações. Para Santos (1994), este movimento é caracterizado como um momento da história no qual o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social.

Portanto, os setores de saúde, alimentação, transporte, energia e educação, dentre outros, foram partes integrantes das transformações estruturais e conjunturais da CANG, que em certa medida, alteram a dinâmica econômica, social e política da região. É o que destacaremos a seguir.

Ceres: uma herança da CANG

Com o retorno de Getúlio Vargas ao governo federal, no início da década de 1950, e a concomitante volta de Pedro Ludovico ao Governo do Estado de Goiás, em 31 de janeiro de 1951, foi reativada a parceria constituída nas escalas federal e estadual na década de 1930.

A expansão nos processos de industrialização e urbanização no país passa a exigir uma nova postura governamental diante dos diversos grupos econômicos e sociais. Se, por um lado, o Estado de Goiás reativou uma ligação política entre Vargas e Ludovico, por outro, esgotava a permanência de Bernardo Sayão como administrador da Colônia.

Segundo Sayão (1984), Bernardo Sayão não se ocupava muito com a burocracia, o que desencadeou a instauração de um inquérito administrativo para averiguar o setor contábil da CANG. Em meio a uma crise estabelecida, Bernardo Sayão foi exonerado do cargo. Para substituí-lo o governo federal nomeia o Engenheiro Agrônomo Datis Lima de Oliva. Em 04 de setembro de 1953, a Colônia é elevada à categoria de município: Ceres, criado pela Lei Estadual nº 767, com seus efeitos políticos e jurídicos previstos para o dia 01 de janeiro de 1954.

Com o processo de emancipação, o município passa por mudanças na conjuntura política. A ação direta do governo federal é transferida para a gestão estadual e local, com a instalação dos elementos comuns a sede de um município.

No cenário representado, há uma sobreposição de escalas. Desde a publicação do decreto 3.059, estava previsto que as estruturas materiais e imateriais da Colônia poderiam ser transferidas para o domínio Estadual ou municipal. As transferências de edifícios públicos, maquinários, animais reprodutores, regulação de lotes rurais e urbanos, entre outros, gradativamente foram repassados à gestão municipal. Para Castilho (2009), “Ceres surgiu a partir do planejamento – ela foi uma invenção”. Portanto durante a transição do Núcleo Colonial rumo ao processo de

emancipação, o município de Ceres experimentou outra dimensão: a sobreposição das esferas Federal e Estadual.

Considerações finais

O Estado de Goiás foi palco de grandes transformações estruturais, tendo em vista as relações de complementariedade entre a escala federal, estadual municipal. As ações governamentais foram materializadas territorialmente, à medida que o meio técnico transpõe as limitações do meio natural.

O diálogo estabelecido entre as escalas foi determinante para promover a integração e modernização do território goiano. Nesse sentido a Colônia Agrícola Nacional de Goiás é produto deste diálogo iniciado com o Estado Novo, através do discurso da Marcha para o Oeste.

As estruturas viária, médico-hospitalar, educacional, energética e agrícola foram fundamentais para o desenvolvimento da CANG/CERES, diante das particularidades e especificidades do lugar e da região. Os Planos governamentais desenvolvidos nacionalmente foram absorvidos e percebidos em diferentes níveis, tendo como exemplo o Plano SALTE.

Com os avanços técnicos, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás amplia sua influência regional e encontra condições para ser emancipada e exercer um papel polarizador na região. Nesse sentido, o município de Ceres surge como produto de um comando iniciado na capital federal, na época sediada no do Rio de Janeiro, e materializado no Planalto Central, em um momento próximo do lançamento do Plano de Metas de JK.

Portanto, a história do município de Ceres está diretamente ligada à Colônia Agrícola. Entretanto, com a emancipação, novas relações serão estabelecidas, pois a herança do passado condicionará os desdobramentos futuros e uma refuncionalização regional a partir da instalação de sedes de órgãos federal e estadual assim como de serviços ligados tanto ao setor primário, secundário e terciário.

Referências

ANDRADE, N. L.. **Reforma Agrária**: Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). 2. ed. Goiânia: Kelps, 2006. 144p.

BRASIL, Decreto Lei 3059. Diário Oficial. 14 de fevereiro de 1941. **Câmara dos Deputados**. Disponível no site: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 20 de março de 2014.

BRASIL, Decreto Lei 15.093. Diário Oficial. 25 de 20 de Março de 1944. **Câmara dos Deputados**. Disponível no site: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-15093-20-marco-1944-460172-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 26 de março de 2014.

BRASIL, Decreto Lei 27.091. Diário Oficial. 17 de dezembro de 1949. **Câmara dos Deputados**. Disponível no site: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-27091-25-agosto-1949-458025-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 26 de março de 2014.

BORGES, Ambrosina. **Luz que emana de uma vitória**: Chesp 50 anos. Gráfica e Editora Formato, 1999, 76p.

CARDOSO, F. M. C. **Cluster de saúde de CERES (GO)**: um resgate do seu processo de formação e expansão. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte, 2005. 200p.

CASTILHO, Denis. **A dinâmica socioespacial de Ceres/Rialma no âmbito da modernização de Goiás**: território em movimento, paisagens em transição. Dissertação de Mestrado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás). Goiânia. Universidade Federal de Goiás, 2009. 188p.

CORREIA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil. 1997. 304p.

DAYREL, G. E. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás**: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Letras da UFG, em convenio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP) – Faculdade de Educação, Departamento de Didática, Goiânia. 1974. 163p.

ESTEVAM, Luís. **O tempo de transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. 238p.

FAISSOL, S. **O “Mato Grosso de Goiás”**. Rio de Janeiro: IBGE, CNG. 1952. 140p.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 316p.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. Hucitec. 1994. 190p.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 473p.

SAYÃO, Léa. **Meu pai, Bernardo Sayão**. 4. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1984. 512p.

SILVA, MOACIR, M. F. A Rodovia Transbrasiliana. **Revista Boletim Geográfico**. Ano II. março, 1945. nº 24. p. 1.829-1.836.

SILVA, Sandro Dutra e. **Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás (1949-1059)**. Tese de Doutorado (Universidade de Brasília, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História). 2008. 238p.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 307 p.



Recebido para publicação em dezembro de 2014
Aprovado para publicação em fevereiro de 2015